



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012700-49.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Audenisce Borge Pereira**
 Requerido: **Wallace Curtis Fernandes - ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Audenisce Borge Pereira move ação de anulação de contrato c.c devolução de valores pagos c.c indenização por dano moral contra Wallace Curtis Fernandes-ME pessoa jurídica de nome fantasia Márcia Figueiredo Agência de Modelos. Aduz que seu marido, junto com seu filho, foram abordados por uma preposta da referida agência que, na ocasião, entregou-lhes um cartão com o contato da empresa, com a promessa de que seu filho teria trabalho garantido lá, vez que ele possuía excelente perfil para modelo. Encantada com a proposta, a autora contactou a agência e com ela celebrou um contrato (fls. 11/12) no qual ficou acordado que os custos para os serviços ofertados pela ré seriam de R\$ 1.700,00, desde que pagos na data correta. No momento da assinatura, foi despendido o valor de R\$ 100,00 referente à taxa de matrícula, e entregue a ré 8 cheques no valor de R\$ 200,00 cada um, sendo que o total de 600,00 já foi compensado.

Alega que o filho participou do curso por três meses, e não deu continuidade porque sua idade passou a ser incompatível com algumas atividades. Sustenta ainda ter sido enganada, pois a empresa não a informou sobre a exigência de pagamentos de taxas para a participação de eventos e desfiles. Ademais, aduz que foi induzida ao erro, haja vista que o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

principal motivo para assinar o referido contrato foi justamente a promessa de trabalho garantido, promessa essa que não foi cumprida pela ré. Sob tais fundamentos requer a) que a presente ação seja julgada procedente para anular o contrato celebrado entre as partes, condenando-se ré a devolver à autora a quantia até agora paga (R\$ 700,00), assim como àquelas porventura cobradas por meios da apresentação dos cheques pré-datados, suspendendo-se eventuais cobranças remanescentes, inclusive a eficácia dos cheques ainda não apresentados para a cobrança, e ainda, ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 10.000,00; c) pagamento dos honorários advocatícios, custas processuais e demais cominações legais, caso incidente. d) que seja concedida justiça gratuita.

Contestação (fls. 23/32). Preliminarmente, a ré impugna o pedido de justiça gratuita. No mérito, afirma ser uma empresa idônea e que atua no mercado a mais de 16 anos, sendo essa a primeira vez que responde como ré a um processo judicial consumerista. Sustenta que foi realizada uma reunião prévia na qual ficou esclarecido à autora que a agência não dá garantia alguma de trabalho, mas que sua função consiste tão somente na qualificação do modelo e no seu encaminhamento a um potencial cliente. Relata também a ausência da autora nas reuniões que eram realizadas periodicamente e que a criança compareceu apenas em três aulas do curso que foi ministrado, de modo a comprometer seu preparo para realizar os testes. Aponta que, ao contrário do que autora alega, não há qualquer cobrança de taxa para a participação de desfiles ou qualquer evento, e ainda afirma que no caso em tela não há o que se falar em dano moral, vez que não há ocorrência de ato ilícito por parte da ré, inexistindo portanto o dever de indenizar. Nesses termos, pede a) que seja julgada totalmente improcedente a presente ação; b) caso o entendimento seja diverso, que seja então observada a gravidade e extensão do dano, a responsabilidade das partes no ocorrido, bem como capacidade econômica das mesmas para fixação da indenização.

Houve réplica (fls. 163/165).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Decisão (fl. 166). Distribuição do ônus da prova observará a regra do art. 6º, inc. VIII, do Código de Defesa do Consumidor, com exceção aos danos suportados pelo autor.

Decisão (fl. 172). Rejeitada a impugnação de justiça gratuita (fls. 23/24) e intimação das testemunhas arroladas a fls. 170.

É o relatório. Decido.

Trata-se de ação de anulação de contrato c.c devolução de valores pagos c.c indenização por dano moral que move Audenisse Borge Pereira contra Wallace Curtis Fernandes-ME de nome fantasia "Márcia Figueiredo Agência de Modelo".

No mérito, são controvertidas as seguintes questões: (a) se de fato houve uma promessa de trabalho por parte da empresa ré com a finalidade de vender apenas seu serviço; (b) se, no caso em tela, é cabível a indenização por danos morais.

Referente a primeira controvérsia, é necessário lembrar que o despacho de folha 166 estabeleceu que a distribuição do ônus da prova, quanto aos fatos alegados pela autora, obedecerá à regra do art. 6º, inc. VIII do CDC. Dessa forma, o *onus probandi* incumbe ao réu.

Partindo dessa premissa, merecem destaque alguns pontos: (a) na inicial, a autora afirma que seu filho frequentou apenas três meses do curso de modelo, isso porque sua idade era incompatível com algumas atividades que lá eram desenvolvidas. Contestando tal afirmativa, o réu traz prova documental (fls. 74/83) a fim de demonstrar que a autora não levava seu filho para as aulas que eram ministradas. Assim, considerando que a qualificação é um requisito essencial para o encaminhamento do candidato aos testes, não há o que se falar em vício na prestação do serviço da agência, vez que a criança, por não frequentar as aulas, não possuía preparo suficiente para tanto; (b) no próprio contrato (fls. 53/64), assinado pela autora, consta expressamente que agência não dá, em hipótese alguma, qualquer garantia de emprego; (c) as testemunhas trazidas pelo réu corroboram sua versão de que é explicado ao candidato previamente que não há garantia nenhuma de emprego, de modo que a escolha do modelo para possíveis trabalhos fica a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

critério apenas do cliente contratante.

Dessa maneira, analisando todo o conjunto probatório e ainda considerando que a atividade desenvolvida pela agência de modelos trata-se de obrigação de meio e não de resultado, reputo que o réu logrou êxito no sentido de provar que não houve promessa de trabalho ou conduta abusiva por parte da empresa ré.

Referente à indenização por danos morais entendo que no presente caso não é cabível. Isso porque, conforme ficou provado nestes autos, não houve vício na prestação do serviço da parte ré. Ademais, ainda que houvesse, o ônus de provar os danos que deram ensejo à indenização pleiteada incumbia apenas a autora, de modo que ela não se desincumbiu de tal encargo.

Ante o exposto, julgo improcedente a ação.

Sem custas ou honorários advocatícios, na forma do art.54 e do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

P.I.

São Carlos, 19 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**